



*Desafios de uma sociedade
digital nos Sistemas Produtivos e
na Educação*



CENÁRIOS E DESAFIOS DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES NA GERAÇÃO DE UMA SOCIEDADE DIGITAL

Nome Elza Cedro de Andrade¹, Marcia Vieira Rodrigues², Itale Luciane Cericato³

Resumo - Este artigo traz cenários da formação continuada de professores e do processo permanente de aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente, para contextualização dos desafios vividos pelos profissionais, em prol do alcance de habilidades e competências essenciais dos educandos, para geração de uma sociedade digital, igualitária e cidadã, ao atingimento de metas da BNC-Formação de Professores, dispostas na Resolução CNE/CP nº 2/2019. São apresentadas estatísticas que ratificam os desafios vividos, reforçam desigualdades sociais e denunciam inequidades de oportunidades sob questões inseparáveis da realidade social dos docentes, de suas práticas de atuação e de formação, para que essa se alicerce sob uma gestão democrática e inclusiva.

Palavras-chave: Cenários, Formação continuada, Professores, Sociedade.

Abstract - This article presents scenarios of the continuing education of teachers and the permanent process of improving the knowledge necessary for teaching activity, to contextualize the challenges experienced by professionals, in order to achieve the essential skills and competences of students, for the generation of a digital, equal society and citizen, to achieve the goals of BNC-Teacher Training, set out in Resolution CNE / CP nº 2/2019. Statistics are presented that ratify the challenges experienced, reinforce social inequalities and denounce inequities of opportunities on issues that are inseparable from the social reality of teachers, from their practice and training practices, so that it is based on democratic and inclusive management.

Keywords: Scenarios, Continuing education, Teachers, Society.

¹ Etec Gildo Marçal Bezerra Brandão. Email: elza.andrade01@etec.sp.gov.br

² Etec Gildo Marçal Bezerra Brandão. Email: marcia.rodrigues31@etec.sp.gov.br

³ Universidade Federal de São Paulo. Email: italecericato@hotmail.com

1. Introdução

O presente artigo tem por objetivo retratar os novos cenários da formação continuada de professores em âmbito nacional, a fim de se apresentar um panorâmico quadro do processo de formação permanente e de aprimoramento do trabalho docente no século XXI⁴, sob aspectos éticos, legais, políticos, sociais, culturais, educacionais e de relações do trabalho, que possam retratar os desafios existentes para os professores na busca de atendimento de práticas modernas, atuais e tecnológicas, frente aos novos desafios educacionais.

No fim do ano passado, foi editada a Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que fez com que fosse revogada a Resolução CNE/CP nº 2/2015 e fossem aprovadas as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e, assim, se instituisse a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), com fundamentos pautados no Parecer CNE/CP nº 22/2019, aprovado em 7 de novembro do mesmo ano. A resolução trouxe, em especial, medidas de destaque para as Resoluções CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica, e CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018, que institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, definidas com fundamento, respectivamente, nos Pareceres CNE/CP nº 15/2017 e CNE/CP nº 15/2018.

Vista como um marco nas reformas educacionais, a BNC-Formação retoma o debate da formação de professores sob a vertente de implantação da Base Nacional Comum Curricular – BNCC:

A BNCC inaugura uma nova era da Educação Básica em nosso país. Pela primeira vez na história, logrou-se construir, no Brasil, um consenso nacional sobre as aprendizagens essenciais, que são consideradas como direito de todos e, portanto, devem ser, ao longo de todas as etapas e modalidades, asseguradas na Educação Básica. Para torná-las efetivas, os professores devem desenvolver um conjunto de competências profissionais que os qualifiquem para colocar em prática as dez competências gerais, bem como as aprendizagens essenciais previstas na BNCC, cuja perspectiva é a de oferecer uma educação integral para todos os estudantes, visando não apenas superar a vigente desigualdade educacional, mas também assegurar uma educação de qualidade para todas as identidades sobre as quais se alicerça a população brasileira. (BRASIL, 2019, pág. 1).

⁴ É preciso observar que nenhum termo (formação continuada ou aperfeiçoamento profissional) poderá se sobrepor um ao outro nesse artigo, mas, apenas, terem diferenciadas suas aplicações processuais. A formação continuada tende a visar, na prática, espaços formais, assim como práticas escolarizadas de formação, enquanto que, por sua vez, o aperfeiçoamento profissional prioriza situações advindas dos processos de trabalho e visam à demonstração de habilidades de problematização destes contextos que levam o(a) trabalhador(a) a adquirir um novo saber.

Conforme prevê essa normatização, será necessário que os professores dominem competências profissionais que possam facilitar a aplicação prática das dez competências gerais e das aprendizagens essenciais previstas na Base Nacional Comum Curricular – BNCC, de modo que se ofereça uma educação integral de ampla extensão democrática a todos os educandos, a fim de que sejam superadas todas e quaisquer desigualdades educacionais existentes, assim como, também, se assegure uma educação de qualidade em nível nacional.

2. Referencial Teórico

Para Imbernón (2010), a formação continuada está diretamente vinculada às possibilidades de transformações das práticas pedagógicas docentes e às possíveis mudanças do contexto escolar. O autor ressalta a relevância do continuum aprendido como prática de fomento ao desenvolvimento pessoal, profissional e institucional, com vistas à elevação do seu trabalho docente e transformação das práticas educacionais e da sociedade a qual faz parte e nos acrescenta:

O conhecimento profissional consolidado mediante a formação permanente apoia-se tanto na aquisição de conhecimentos teóricos e de competências de processamento da informação, análise e reflexão crítica em, sobre e durante a ação, o diagnóstico, e a decisão racional, a avaliação de processos e a reformulação de projetos (IMBERNÓN, 2010, p.75).

Segundo Gatti et al. (2019), na última década, muitas foram as instituições que buscaram trazer aprimoramentos para a formação de professores, assim como diversas foram as propostas de mudanças relativas a políticas educacionais direcionadas aos docentes, que favoreceram aprofundadas investigações sobre variados aspectos dessa temática. Segundo os autores:

Essas questões entraram na pauta de discussões das universidades, na gestão de redes educacionais, nos sindicatos, em eventos científicos de porte, nas Conae (Conferências Nacionais de Educação), na própria elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) bem como nos Planos Estaduais e Municipais de Educação. Desse modo, seria importante, neste momento retomar dados e proposições mais recentes e refletir sobre o cenário atual apontando possíveis caminhos para a superação de situações que merecem especial consideração (GATTI et al. 2019, p.12).

Como citam os autores, a retomada dessa questão é bastante necessária e se faz relevante sob diversos aspectos educacionais, econômicos, políticos, sociais, morais, de ordem civil, democrática e de tratativas culturais, plurais, étnico-raciais e mercadológicas. Para Gatti et al. (2019), os desafios em torno dessa questão são muito grandes e acrescenta:

Os professores se defrontarão nas redes escolares não só com o desafio de criar condições de aprendizagem para crianças, adolescentes ou jovens em relação a conteúdos considerados relevantes pela nossa sociedade, mas, também, se defrontarão com fatores culturais, morais, sociais, diferenciados, que criam formas

relacionais e geram situações que podem vir a ser problemáticas e com as quais terá que lidar. (GATTI et al., 2019, p.37)

Para Candau (1996), há a necessidade de se repensar a formação inicial e continuada, em uma importante perspectiva direcionada a um ensino de qualidade e de uma escola que vise à formação cidadã. Tema esse que, segundo ela, tem tratativa atual e de natureza complexa, com observância a uma reflexão crítica, de contextos diversificados e de diferentes enfoques e dimensões.

Segundo Gatti et al. (2019), o aperfeiçoamento profissional é um processo que só é possível de acontecer em longo prazo, de modo individual ou coletivo, com a integração de diferentes práticas, oportunidades e experiências planejadas:

Assim, todo trabalho que envolve a pesquisa, na formação inicial e continuada de professores, precisa ser intencional, planejado e ancorado em uma questão da prática, implicando uma atividade metódica de produção, organização e sistematização de informações, resultando em um texto escrito ou outra forma de comunicação que possibilite novas compreensões (...) (GATTI et al., 2019, p. 188).

Para os autores, para que seja possível ocorrer a aprendizagem dos professores num contexto prático, faz-se necessário que haja aproximação entre os espaços de formação e de trabalho, concomitantemente. A proposta é de que se crie ambientes e culturas colaborativas atuantes tanto entre todos os profissionais das escolas como, também, entre seus formadores, representados pela própria escola e pelas instituições de nível superior.

O intuito é articular o conhecimento prático profissional e acadêmico de forma menos hierárquica e a serviço da aprendizagem docente. Essa aproximação implica valorizar o conhecimento dos professores profissionais e reconhecê-los como colaboradores e parceiros nas práticas formativas. (GATTI et al., 2019, p.188).

3. Método

Esse artigo é descritivo, com revisão da literatura advinda de pesquisas feitas através do Google Acadêmico, plataforma de busca CAPES e sites federais de legislações e estatísticas nacionais.

Foram selecionados livros, textos e indicadores que retratassem o atual cenário da formação continuada de professores e do processo permanente de formação docente, utilizadas estatísticas do PNAD-IBGE, dados do Anuário Brasileiro da Educação Básica de 2017 a 2019, como, também, verificadas normatizações brasileiras que trouxessem as atuais complexidades sociais intrínsecas à prática docente, para apontamento de caminhos para a inserção de uma gestão democrática e inclusão social de todos os envolvidos

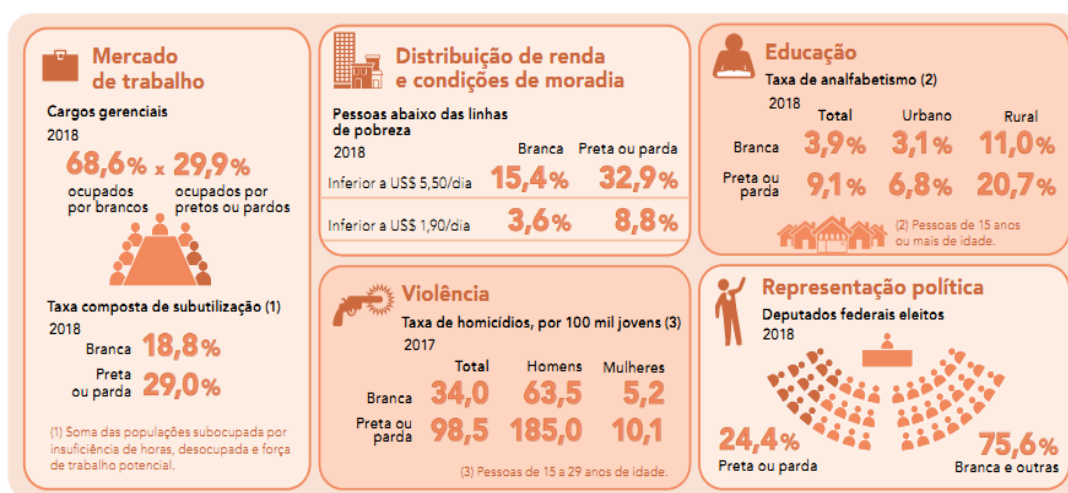
4. Resultados e Discussão

Para se tentar elucidar uma pequena fração da enorme problemática existente em torno das infinitas questões pelas quais os professores se deparam

e enfrentam no dia a dia, que vão muito além dos conhecimentos adquiridos e teoricamente contemplados em seus currículos disponibilizados, tanto em formações iniciais como continuadas, retratos do Brasil foram parcialmente recortados e compartilhados, abaixo, por meio de importantes estatísticas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD – IBGE.

Conforme mostra a Figura 1, abaixo, há um panorâmico quadro que retrata não apenas índices de analfabetismo, de inequidades de oportunidades para o mercado de trabalho ou de violência, mas que denunciam, também, a falta de condições sociais relativas às condições de raça e cor da sociedade. Em todos os indicadores, é possível constatar que pretos e pardos continuam perdendo seus espaços que negativamente possibilitam possibilidades de promoção do respeito, da proteção e do cumprimento de todos os direitos humanos.

Figura 1 – Análises das dificuldades sociais por cor ou raça.



Fonte – PNAD-IBGE (2019)

Os dados, acima, são alarmantes, pois nos relata que, no período de 2017 a 2018, das pessoas pesquisadas pela PNAD-IBGE, apenas 29,9% da população preta e parda está no mercado de trabalho contra 68,6% dos brancos; são 32,9% de indivíduos pretos e pardos abaixo da linha de pobreza contra 15,4% da população branca; dos jovens com 15 anos ou mais, cerca de 9,1% são analfabetos, quando 3,9% são brancos; a cada 100 mil jovens de 15 a 29 anos, em taxas de homicídios, 98,5% são pretos e pardos, portanto, representados em sua maioria, e na questão da representatividade política, o que se tem é de que apenas 24,4% são pretos e pardos, contra 75,6% são brancas, ou seja, longe de uma democracia e equiparação de direitos.

Segundo Imbérnon (2010), não é possível separar essa realidade social dos contextos em que os professores trabalham e das suas práticas de atuação e formação. O autor nos apresenta um relato acerca dessa questão:

Tenho consciência de que, atualmente, não podemos falar nem propor alternativas à formação continuada sem antes analisar o contexto político-social como elemento imprescindível na formação, já que o desenvolvimento dos indivíduos sempre é produzido em um contexto

social e histórico determinado, que influi em sua natureza (...). (IMBERNÓN, 2010, p. 9).

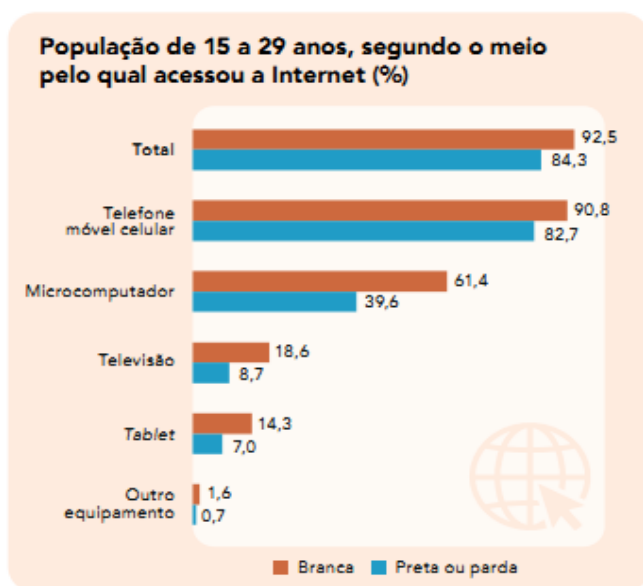
Gatti et al. (2019) acrescentam ainda que ações formadoras devem priorizar a vida social, humana, que digam respeito às relações de cidadania, levando em consideração não apenas aspectos técnicos da formação docente, mas que, também, se acrescente o fato de que a formação desse profissional deve estar alicerçada sob uma gestão democrática e de inclusão de todos os envolvidos, para se distanciar de uma transposição didática unilateral e de exclusão e se posicionar, como lhe é de direito, como uma educação compartilhada e de troca de experiências das aprendizagens essenciais:

Sua formação, nessa perspectiva, abrange não só os conhecimentos relativos à sua área de atuação, ao domínio de metodologias e práticas essenciais ao desenvolvimento de seu trabalho, mas, associada a esses conhecimentos, uma formação cultural e humanista que lhes permita compreender e problematizar a realidade social e seu trabalho futuro: ensinar formando a outrem e, nessa relação, formando-se continuamente, também (...). (GATTI ET AL., 2019, p. 36).

Em relação à globalização, às novas tecnologias e à nova ordem econômica, nos deparamos com questões ainda mais preocupantes, uma vez que recursos materiais e econômicos acabam contribuindo para a alavancagem dessas desigualdades. Segundo Imbernón (2010):

Todas as gerações tiveram a sensação de que mudanças foram vertiginosas, mas com certeza, nas últimas décadas elas foram bruscas e deixaram muitas pessoas na ignorância, no desconcerto e, por que não, em uma nova pobreza material e intelectual. Muitas delas eram incipientes, quando no século passado institucionalizou-se, na maioria dos países, a formação continuada. Mudanças como a nova economia; a globalização, apesar de preferir o conceito de “mundialização” pela perversão do outro termo, aplicado quase sempre à economia e ao mercado; a tecnologia que apontou com grande força em todos os âmbitos da cultura e na comunicação; (...) (IMBERNÓN, 2010, p. 8).

Figura 2 – Meios de acesso à internet entre brancos, pretos e pardos.



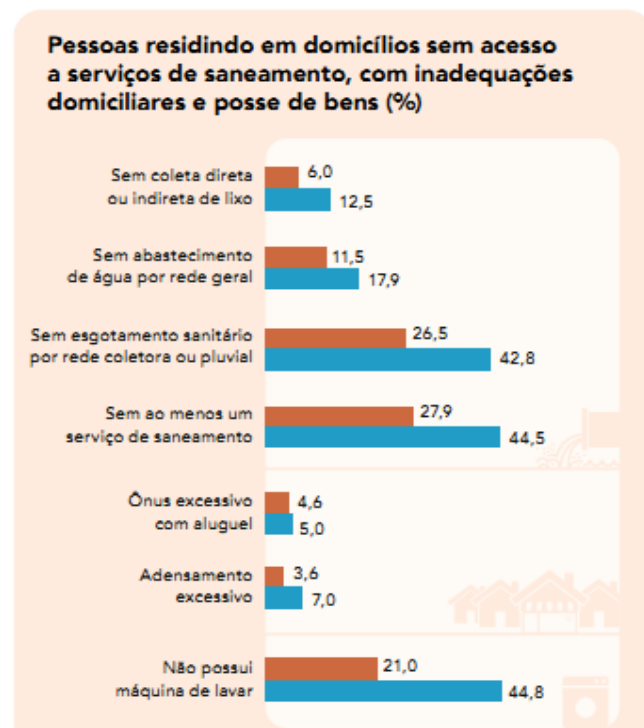
Fonte: PNAD-IBGE-2019.

Ficou bastante evidente na leitura dos dados, acima, que em nenhum meio de acesso à internet, os pretos e pardos têm destaque e não são, portanto, melhor representados. Nesse grupo estratégico de jovens, perceber essa desigualdade é algo bastante crítico dadas suas importâncias em seus papéis de agregação de valor na formação do ensino médio, técnico, superior, de trabalho e cidadania em nível nacional.

Como é perceptível na Figura 3, abaixo, não há, também, igualdade de direitos em questões básicas, como de coleta de lixo, saneamento, abastecimento de água ou de serviços de aluguel e lavagem de roupas em máquinas de lavar. Com uma moradia sem meios de acesso à internet e, ainda, em meio a enormes descasos sociais, em que jovens vivem sob condições mínimas habitacionais, como um indivíduo poderia manter estável rotinas de estudos e convivências pessoais e familiares essenciais para suas sobrevivências mínimas e ter garantidos seus valores humanos e cidadãos? Fato é que são, sob muitas dessas condições e realidades, que a escola acaba se deparando e muitas vezes ignorando no escopo de formação continuada dos professores, por ter de privilegiar currículos, programas pedagógicos e resultados de suas avaliações internas e externas, dadas as suas “prioridades”.

Figura 3 – Acesso a saneamento, adequações domiciliares e posse de bens.

Em barra marrom: pessoas brancas; Em barra azul: Pretos e Pardos

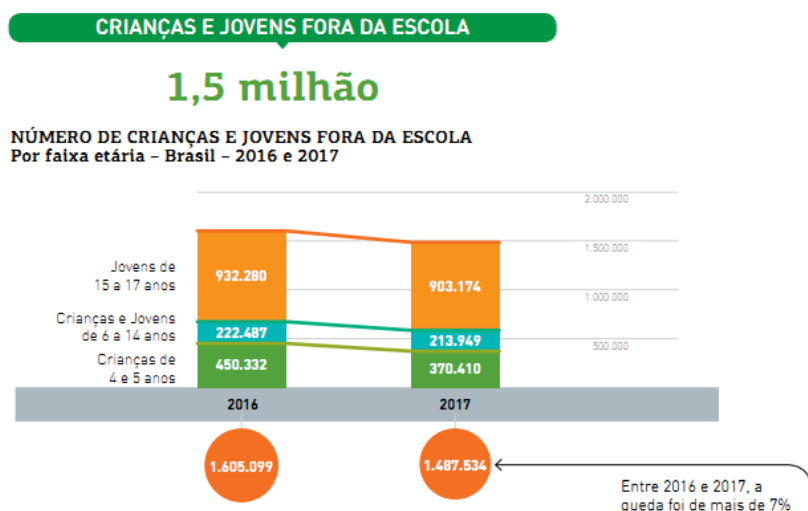


Fonte: PNAD-IBGE-2019.

Os professores, em suas diferentes regiões, vivem diferentes realidades que, em conjunto, sentem, na prática, enormes dificuldades em lecionar e vivenciar diversificadas experiências em sala de aula. Segundo a Figura 4,

abaixo, foram registrados, entre 2016 e 2017, cerca de 1,5 milhões de crianças e jovens fora da sala de aula no Brasil, o que representa um ônus muito grande para a nação, por diversas questões, seja pelo analfabetismo a ser erradicado, pelo trabalho infantil ainda em voga, pelo desinteresse desses menores pelos estudos, pela fome e dificuldades de locomoção, pelas reprovações e evasões, entre outras questões, que acabam sendo prejudiciais ao país e principalmente à própria sociedade.

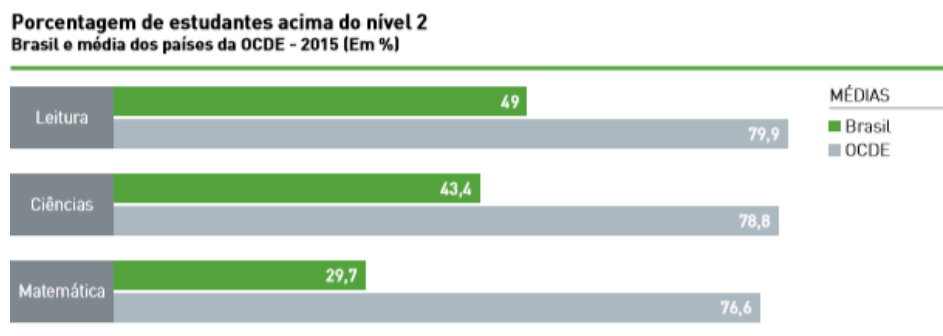
Figura 4 – Crianças e Jovens Fora da Escola



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019, p. 15)

Se analisados os dados do desempenho dos brasileiros no Programa Internacional de Avaliação dos Estudantes - PISA 2015, é possível constatar, ainda, que menos da metade dos estudantes brasileiros conseguem alcançar um nível de proficiência adequado, principalmente se comparado aos parâmetros trianuais em Leitura e Ciências da OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

FIGURA 05 – Porcentagem de estudantes acima do nível 2 – Brasil e OCDE – 2015.



Fonte: Anuário Brasileiro da Educação Básica (2019, p. 74). Análise do Relatório OCDE-PISA 2015.

Cabe reforçar, aqui, que esses dados argumentam os desafios vividos pelos professores em sala de aula e, certamente, comprometem suas projeções para as futuras formações.

5. Considerações finais

Há que se ter, em suma, o caráter essencial do professor no processo educativo, o que faz com que o formador ganhe um papel central, extremamente essencial e imprescindível na ponta da aquisição do conhecimento dos indivíduos, nos fazendo ratificar e refletir que, em segundo plano, devem estar outros recursos, importantes, sim, mas de patamar material, burocrático e de suporte pedagógico, apenas, para que a heterogeneidade cultural e social sejam determinantes às novas gerações.

Figura 06 – Modelo lógico dos efeitos esperados das iniciativas de formação



Fonte: Moriconi et al. (2017, p. 19)

Segundo Moriconi et al. (2017, p. 19), no esquema acima apresentado, há uma perspectiva de formação continuada em que se tem o pressuposto de que, a partir de uma formação continuada, os professores adquirem novos conhecimentos e habilidades, passando, a partir daí, a aprimorar suas prática pedagógicas e, então, por fim, possibilitar aos alunos aprenderem mais.

Se essa ideologia é verdadeira, as próprias experiências dos professores, metas e programas formativos ganham papéis de maiores responsabilidades nesse processo e trazem para si a abertura de novos debates que precisam e devem entrar em novas pautas educacionais, cabendo ao poder público e às vozes reais desse processo criar oportunidades de espaços para esses diálogos.

Referências

BRASIL. Anuário Brasileiro da Educação Básica 2019. São Paulo: Editora Moderna, 2019.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: educação e qualificação profissional: 2018. Rio de Janeiro: IBGE, 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez, 1996.

CANDAU, Vera Maria F. **Formação Continuada de Professores: tendências atuais**. In: _____ Reali, Aline Maria M. R. Mizukami, Maria da Graça N. Orgs). Formação de Professores: tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996.

CNE. Parecer CNE/CP nº 15, de 15 de dezembro de 2017. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2017.

BRASIL. CNE. Parecer CNE/CP nº 15, de 04 de dezembro de 2018. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/base-nacional-comum-curricular-bncc>. Acesso em 20.09.2020.

BRASIL. CNE, Parecer CNE/CP nº 22, de 07 de novembro de 2019. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-FORMAÇÃO)**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=13309_1-ppc022-19-3&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20.09.2020.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP nº 2 de 22 de dezembro de 2017. **Institui e Orienta a Implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2017. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=79631-rcp002-17-pdf&category_slug=dezembro-2017-pdf&Itemid=30192. Acesso em 20.09.2020.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP nº 4, de 17 de dezembro de 2018. **Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2018. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2018-pdf/104101-rcp004-18/file>. Acesso em 20.09.2020.

BRASIL. CNE. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Brasília, DF: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>. Acesso em: 20.09.2020.

GATTI, Bernadete Angelina. et al. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação continuada de professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

MORICONI, Gabriela Miranda (coord.). **Formação continuada de professores: contribuições da literatura baseada em evidências** / Gabriela Miranda Moriconi, Claudia Leme Ferreira Davis, Gisela Lobo B. P. Tartuce,

Marina Muniz Rossa Nunes, Yara Lúcia Esposito, Lara Elena Ramos Simielli,
Nayana Cristina Gomes Teles. São Paulo: FCC, 2017.